

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE TURISMO**

Vitória Camillo da Silva Maurício

**AFROTURISMO E DISCURSOS INVISIBILIZADOS:
A MEDIAÇÃO AFROCENTRADA DE GUIAS DE TURISMO NA PEQUENA
ÁFRICA (RJ)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Humberto Fois-Braga.

Juiz de Fora - MG

2022

ATA DE AVALIAÇÃO FINAL DA BANCA EXAMINADORA DE TCC

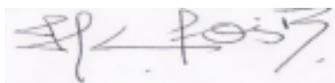
A banca examinadora abaixo assinada, instituída pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso, do Departamento de Turismo, da Universidade Federal de Juiz de Fora, ciente de suas prerrogativas, considerando o resultado do julgamento da defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado **AFROTURISMO E DISCURSOS INVISIBILIZADOS: A MEDIAÇÃO AFROCENTRADA DE GUIAS DE TURISMO NA PEQUENA ÁFRICA (RJ)**, do(a) discente Vitória Camillo da Silva Maurício, apresenta parecer favorável (X) ou desfavorável () à aprovação deste trabalho, cuja nota foi de 100 pontos. Cumpre-se ressaltar que conforme o regulamento de TCC constituído pela CTCC, referendado em assembleia e registrado em ata pelo Departamento de Turismo, em caso de recomendações da Banca Examinadora para correções ou alterações, o(a) discente terá de submeter a versão final do TCC ao professor orientador, que verificará, juntamente com os demais componentes da banca, se houve o cumprimento adequado das alterações sugeridas ou requisitadas, de forma que o(a) discente entregue, após a anuência dos membros da banca, a versão final no dia 25 de fevereiro de 2022.

Juiz de Fora, por *webconferência*,

conforme Resolução nº 24/2020-CONSU, 25 de agosto de 2021.

Banca Examinadora:

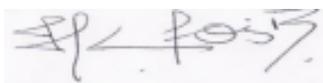
Humberto Fois Braga (UFJF) (Orientador)



Guilherme Augusto Pereira Malta (UFJF) (avaliador)



Para Natália de Araújo Oliveira (UFSM) (avaliadora)



Resumo:

O objetivo deste artigo é compreender como se relacionam os conceitos de afroturismo e lugar de fala a partir da mediação afrocentrada de guias de turismo na região da Pequena África, no Rio de Janeiro. Entende-se tal guiamento como possibilidade à recuperação de narrativas relacionadas à população negra, historicamente invisibilizada. Metodologicamente, o artigo baseia-se em pesquisas de cunho teórico-documental que tem como principais autores Ribeiro (2019), Asante (2009), Oliveira (2020) e Pazini (2017); foi feita uma pesquisa de observação participante e uma entrevista qualitativa com guias de turismo que atuam no local. Como principal resultado, verificou-se que as guias de afroturismo partem de perspectivas afrocentrada e afrorreferenciada para, assim, construir e ecoar narrativas que possibilitam a consolidação de atrativos turísticos originais em seus discursos que apresentam outras perspectivas sobre a história do Brasil, ampliando as possibilidades no setor turístico.

Palavras-chave: Lugar de Fala; Afrocentricidade; Afroturismo; Guia de turismo; Pequena África.

Abstract: This study aims to understand how the concepts of afrotourism and place of speech are related in the afrocentered guided tours in Pequena África, Rio de Janeiro. It is supposed that these guided tours are a possibility to recover the narratives of the black population, historically made invisible. This article is based on a documentary research approach inspired by authors such as Ribeiro (2019), Asante (2009), Oliveira (2020) and Pazini (2017); a participant observation research and a qualitative interview with tour guides who work in Pequena África. The main result reveals that the afrotourism guides, inspired by an afrocentered and afrorreferenced perspectives, construct and echo narratives that enable the consolidation of authentic tourist attractions that offer other perspectives upon Brazilian history, increasing the Tourism sector possibilities.

Key-words: Afrotourism; Place of Speech; Afrocentricity; Tourist guides; Pequena África.

Introdução

Principalmente após as manifestações do movimento *Black Lives Matter* no ano de 2020, realizadas em consequência do assassinato de George Floyd, em todo o mundo se proliferaram iniciativas que denunciam o silenciamento das narrativas e memórias afrodescendentes e refletem sobre o lugar de fala daqueles que se manifestam. Nem mesmo a pandemia causada pelo Coronavírus se sobrepôs à necessidade de posicionamento político de jovens e representantes da população negra.

No setor turístico brasileiro, essas iniciativas tomam espaço por meio do afroturismo, que vai no sentido inverso do turismo hegemônico, protagonizando a população negra e atendendo a todos os turistas. Em países historicamente escravocratas e estruturalmente racistas como o Brasil, o afroturismo faz frente ao tipo de turismo que visita e repete histórias de bens patrimoniais tombados que retratam os feitos e conquistas dos colonizadores europeus e seus descendentes, “esquecendo” de legitimar os conhecimentos e culturas das pessoas negras como parte do processo histórico de constituição do país e seus atrativos.

Nesse contexto, lugares que recuperam a história da população negra tornaram-se pontos importantes de difusão do conhecimento acerca dessa parcela populacional. Mais especificamente na Zona Portuária do Rio de Janeiro, distante da visibilidade conferida a atrativos como o Cristo Redentor e o Pão de Açúcar, a Pequena África¹ é uma região de grande valor para as culturas africano-brasileiras. Por seu valor histórico e cultural, a área tem sido um local de grande interesse do afroturismo. De acordo com informações do *site* da agência de turismo *Sou+Carioca*, uma das poucas agências que promovem visitas afrocentradas à região, a Pequena África é o local “onde a presença africana e o patrimônio cultural negro marcaram para sempre a história não apenas do Rio de Janeiro, mas de todo o Brasil” (SOU+CARIOCA, 2020).

Complementarmente, é necessária a reflexão sobre o lugar de fala de onde partem as² e os guias de turismo que propõem reflexões durante as visitas. Como pessoa negra que tem antepassados que resistiram às severas atrocidades do período escravocrata, a importância simbólica de uma (um) guia de turismo preta à frente de uma visita afrocentrada é tamanha. Ela (ou ele) conta a história dos atrativos propondo interpretações a partir de seu lugar de fala, que muitas vezes é também um lugar de inquietude com a história hegemônica.

Nesse sentido, o afroturismo de maneira geral e as visitas afrocentradas na Pequena África em específico, podem ser instrumentos de resistência e de potencialização de vozes e experiências negras historicamente invisibilizadas no país. Isso pode ser ilustrado pela afirmação de Lélia Gonzalez (1984, p.225): “Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos) que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa” .

A partir das considerações colocadas, a abrangência do tema é facilmente identificada. Para delimitar o debate propõe-se uma questão norteadora: no sentido de recuperar discursos historicamente invisibilizados, de que forma se dá a interação entre afroturismo e lugar de fala na atuação de guias de turismo na Pequena África?

¹ O termo “Pequena África” aparece pela primeira vez em registros escritos, no livro de Roberto Moura: *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*, de 1983. Desde então, ele passa a simbolizar um “território negro de resistência cultural” (VASSALLO, BITTER, 2018, p. 97).

² Preferimos utilizar o artigo feminino à frente, pois nesta pesquisa a maior parte das pessoas que tratam sobre o assunto “afroturismo” é composta de mulheres. Assim, o trabalho busca dar visibilidade de gênero e étnico-racial nas discussões turísticas.

Com a finalidade de responder à questão, o principal objetivo será o de compreender o lugar de fala das (dos) guias, para que se possa entender se elas (eles) fazem mediações afrocentradas na região da Pequena África (RJ), buscando recuperar os discursos e narrativas próprias da população negra, historicamente invisibilizada. Para tanto, serão respondidos os seguintes objetivos específicos: i. relacionar os conceitos de afroturismo e lugar de fala; ii. investigar em que medida as visitas guiadas na Pequena África são consideradas experiências afrocentradas; iii. entender o lugar de fala das (dos) guias de turismo como mediadores com discursos afrocentrados; iv. entender de que maneira a mediação de guias de turismo faz recuperar discursos historicamente invisibilizados.

Esta pesquisa se justifica pelo fato de serem em número reduzido as publicações acadêmicas afrocentradas em turismo, mesmo com tamanha importância do tema. Esta é uma observação levantada pela Professora Doutora Natália Araújo de Oliveira (2021a), uma das poucas pesquisadoras sobre afroturismo no Brasil. Proporcionalmente, a maior quantidade de estudos influencia positivamente as futuras produções acadêmicas, gerando ainda mais fontes de informação e conhecimento para todo o setor turístico.

Sendo uma mulher negra, brasileira e acadêmica em formação, entendo que é urgente levantar e refletir sobre questões afroreferenciadas no setor e levá-las ao conhecimento dos futuros turismólogos e de toda a sociedade. É preciso descortinar, revelar e divulgar a história de parte significativa da população brasileira e questionar a história que vem sendo contada de maneira hegemônica nas tradicionais práticas do turismo. Essa é uma produção acadêmica que contribui significativamente para isso.

Ainda, a presente pesquisa contribuirá socialmente como referencial para turismólogos, guias de turismo, historiadores e demais profissionais e pessoas que se interessam por narrativas contra-hegemônicas. Por fim, a pesquisa poderá demonstrar que desde seu lugar social, guias de afroturismo constroem narrativas afrocentradas e decoloniais que buscam romper com a herança de um Brasil estruturalmente eurocêntrico.

Do ponto de vista metodológico, este artigo será embasado em uma pesquisa teórico-documental dos eixos teóricos centrais: lugar de fala, afroturismo e afrocentricidade, feita por meio de revisão bibliográfica-documental investigativa em publicações acadêmicas, jornais, blogs, sites, vídeos e páginas do *Instagram* relacionadas ao afroturismo. Soma-se aos aportes metodológicos, uma pesquisa de observação participante na Pequena África, feita em visita guiada em novembro de 2021 e, de natureza qualitativa, uma entrevista realizada por

meio de um questionário via *Google Forms* realizada com quatro guias de turismo afrocentrados que atuam na Pequena África. Assim, será possível compreender como afroturismo e lugar de fala se relacionam na atuação das (dos) guias e, num sentido menos amplo, será viável entender como a discussão proporcionada por elas (eles) se aproxima ou se afasta da teoria estudada.

O trabalho será organizado em três seções. No primeiro, serão expostos os conceitos teóricos de lugar de fala, afrocentricidade, decolonialidade, afroturismo e guia de turismo respectivamente à luz da filósofa Djamila Ribeiro (2019), do Professor Doutor Molefi Kete Asante (1980; 2009), do pensador e sociólogo Aníbal Quijano, da Professora Doutora Natália Araújo de Oliveira (2020; 2021) e dos Mestres em turismo Raquel Pazini (2017) e Guilherme Zettermann (2016). Já na segunda seção, de cunho documental, versaremos sobre o surgimento da Pequena África e seu valor simbólico como lugar de grande importância para a população negra. Neste momento, sob as contribuições teóricas de Roberto Lobato Corrêa (1998), propõe-se a reflexão de como a paisagem da Pequena África e Zona Portuária do Rio de Janeiro refletem as relações de poder que perpassam os séculos. Na terceira seção, os resultados das pesquisas de campo e do questionário serão expostos e relacionados com os conceitos apresentados.

I. O lugar de fala é o ponto de partida. Já o afroturismo, um dos pontos de chegada.

A filósofa brasileira e mestra em Filosofia Política, Djamila Ribeiro, é, segundo o portal Geledés³ (2018), uma das mais importantes referências intelectuais negras da atualidade. Uma de suas peculiaridades é a capacidade de se comunicar tanto com o público acadêmico quanto com a sociedade em geral, permitindo-lhe ser conhecida por aqueles que nem sempre têm fácil acesso à educação formal superior. Seu principal tema de estudo é o feminismo negro, ponto a partir do qual a filósofa pensa o racismo no Brasil e as relações de poder no regime patriarcal, pós-colonial e racista que marcam a história do país.

³ O Geledés Instituto da Mulher Negra foi fundado em 1988 por Sueli Carneiro, filósofa, escritora e ativista do movimento negro no Brasil. O Instituto é uma organização política de mulheres negras e reúne artigos e matérias jornalísticas que têm como objetivo a valorização e a promoção das mulheres negras especificamente, e da comunidade negra de maneira geral (GELEDÉS, 2009). As principais áreas de atuação do Instituto são a Comunicação, Direitos Humanos e Educação e o mesmo é uma importante referência *online* para informações sobre a história e temas discutidos entre a comunidade negra e demais interessados.

De forma a entender o lugar social ocupado por grupos historicamente oprimidos formados por corpos pobres, negros, femininos, indígenas e LGBTQI+ em conjunturas como a do Brasil, Ribeiro identifica que os discursos que legitimam a existência de pessoas de tais grupos partem de suas experiências de vida. Assim, a filósofa faz o grande esforço de compreender o que é “lugar de fala”, mas revela que não se sabe com precisão a origem do termo (RIBEIRO, 2017). Considera-se que ele tenha sido usado na área da Comunicação, mas a expressão pode ter surgido em discussões sobre *feminist standpoint* (o ponto de vista feminista que reflete sobre temas como teoria racial crítica, pensamento decolonial e diversidade), marcadamente usado em debates virtuais “como forma de ferramenta política e com o intuito de se colocar contra uma autorização discursiva” (RIBEIRO, 2019, p. 40).

Sobretudo, a filósofa considera que ao reivindicar a legitimação de diferentes pontos de vista, a reflexão sobre “lugar de fala” se torna necessária para o entendimento de como as realidades foram e são consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica. O termo traduz a crítica à epistemologia hegemônica que acaba por hierarquizar saberes e valorizar os conhecimentos produzidos pela população que mais se aproxima dos padrões branco-eurocêntricos. Além disso, Ribeiro entende que o ato de falar não se resume a emitir palavras, mas a poder existir. Ela completa: “pensamos lugar de fala como [o ato de] refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social” (RIBEIRO, 2019, p 44, inserção nossa).

Em seus estudos, Ribeiro (2019) resgata considerações de Patrícia Hill Collins (1997) ao afirmar que a ideia de lugar de fala se propõe a analisar de que forma os lugares sociais influenciam positiva ou negativamente o exercício da cidadania dos grupos subalternizados (como coletividades) e não necessariamente diz respeito à individualidade. Longe de invalidar as experiências individuais, o conceito se refere ao reconhecimento do “*locus social*”⁴ como um lugar imposto às pessoas negras⁵ que, em geral, possuem vivências parecidas relacionadas ao racismo e têm dificuldade em transcender os limites desse *locus social* enquanto grupo.

Nesse contexto, grupos subalternizados são localizados como inferiores hierarquicamente e acabam ocupando lugares de desvantagem na relação saber-poder.

⁴ *Locus Social*: lugar ou localidade ocupada socialmente.

⁵ As discussões sobre lugar de fala propostas por Djamila Ribeiro perpassam grupos socialmente oprimidos, como os indígenas, grupos LGBTQIA+, etc.; entretanto, neste momento, optamos pelo enfoque nas pessoas negras.

Segundo Michel Foucault (2004), o discurso que ordena a sociedade vem sempre daqueles que detêm o saber; por esse motivo, o filósofo identifica que há uma relação íntima entre saber e poder na coletividade. Como exemplo, numa sociedade estruturalmente racista isso se manifesta de forma que os grupos subalternizados têm sua cultura, seus saberes e produções intelectuais negligenciadas ou inferiorizadas: fenômeno também conhecido como epistemicídio. Neste exemplo, os poderes estão relacionados às pessoas brancas, mas não estão localizados em algum ponto específico da estrutura social, visto que “funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras” (FOUCAULT, 2007, p. XIV). Entretanto, conforme apontado por Ibrandina Cristina de Melo (2020, p. 7), é preciso ressaltar que “o silêncio dos marginalizados não é por falta de fala, mas por falta de ouvintes, ou seja, o grupo racial negro sempre teve o que falar, ensinar e denunciar, mas não tem encontrado no grupo racial branco respeitabilidade para sua fala”.

Recuperando Ribeiro (2019), aqueles que reivindicam o direito à existência digna e direito à voz falam a partir de um *locus* social e, no caso do grande grupo subalternizado de pessoas pretas⁶, isso nada tem a ver com uma visão essencialista de que somente negros/pretos podem falar sobre racismo. Refletindo sobre o livro *O que é Lugar de Fala?*, Gilney Costa Santos (2019) considera que o lugar de fala reconhece os contextos discursivos nos quais as pessoas estão inscritas; isto é, ainda que um homem branco possa refletir sobre mulheres e racismo, ele o fará a partir do lugar que ocupa socialmente, sendo beneficiado pela estrutura social na qual está inscrito e sua fala jamais será equivalente à de uma mulher negra. Em resumo: todas e todos têm o direito de falar sobre os mais variados assuntos, desde que reconheçam o lugar social que ocupam, a partir do qual enunciam suas percepções.

Especificamente nas sociedades latino-americanas, o saber legitimado pelo modelo civilizatório dos países que sofreram o processo de colonização é, historicamente, europeu. Segundo Aníbal Quijano (2005), o acidentado processo histórico pelo qual passaram os países latino americanos sob a dominação europeia implicou na colonização “das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da

⁶ Sobretudo na *internet*, há um debate semântico relativamente recente sobre o uso do termo “preto” ou “negro”. Reconhecemos os esforços de ressignificação dos termos, todavia, neste artigo, encaramos as palavras como sinônimas e distantes da sua conotação negativa. Para saber mais, ler o artigo “Preto ou Negro”, disponível em <https://www.geledes.org.br/preto-ou-negro-o-video-viral-que-levantou-um-debate-semantico-por-sacramento/?gclid=CjwKCAiAksyNBhAPEiwAIDBeLK3nCb-2Ut0mvANtf6mjexbBKYhrjDEOZ1j0UFDsMKaZGXuk1Hoi9BoC_iAQAvD_BwE>. Acesso em 10 dez. 2021.

experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura” (QUIJANO, 2005, p.121). De acordo com Jucimeri Isolda Silveira *et al.* (2021), tal modelo sustenta-se numa concepção que invisibiliza outros modos de ser, pensar e produzir conhecimento que não sejam eurocêntricos.

Convergentemente à ideia de Michel Foucault (2007) de que o discurso que ordena a sociedade vem sempre daqueles que detêm o saber (em sociedades modernas e pós modernas, o “saber” está intimamente ligado à ciência positivista, que tem origens europeias), pode-se dizer que o discurso dominante em países colonizados é europeu e reproduz o que se entende como “colonialidade do saber”. Essa forma de colonização espelha a produção de conhecimento de países que se encontram em posição de vantagem no que diz respeito ao controle (QUIJANO, 2005) e influência econômica, sejam eles europeus ou norte-americanos — que deram origem às tendências teóricas modernas e pós-modernas. Em oposição a isso, surge a “decolonialidade”, que propõe a transcendência dessas tendências “de cunho imperialista de construção do conhecimento histórico e social. Em outras palavras, busca romper com a herança colonial que aflora até os dias atuais na forma em que produzimos conhecimento” (SILVA, 2020, p. 56).

Sendo contra-hegemônico, o pensamento decolonial é uma expressão de movimento de resistência e renovação epistemológica que constrói novas críticas às ciências sociais. Esse pensamento se assemelha a outras tradições críticas que “possuem genealogias e interesses distintos, que é o caso dos estudos subalternos e dos estudos pós-coloniais, porém, apesar das semelhanças, são perspectivas completamente diferentes” (SILVA, 2020, p. 16).

Assim como o pensamento decolonial latino questiona a hegemonia e dominação europeia, outro movimento surge com objetivo parecido: a afrocentricidade. Por questionarem a superioridade da epistemologia eurocêntrica, revelando maneiras próprias de construção do pensamento, os conceitos de decolonialidade e afrocentricidade se aproximam. Entretanto, conforme Maria Conceição Reis:

se para os decoloniais, a exemplo do sociólogo peruano Quijano, a superação das relações de dominação simbólica, histórica e colonial requer questionar os modelos de dominação e produzir novas epistemes, para a teoria da afrocentricidade implica a restauração, pelas pessoas negras, de uma orientação que siga a agência africana, isto é, constituir um senso de auto realização baseado nos melhores interesses do povo africano (REIS *et al.*, 2020, p. 137).

Dessa forma, enquanto o primeiro sugere a reconstrução do ser, do poder e do saber tidos como “periféricos”, a afrocentricidade propõe a restauração do ser africano e, nesse

processo, conseqüentemente, acontece a descolonização dos seres, poderes e saberes da população negra (OLIVEIRA;CANDAU, 2010 *apud* REIS *et al.*, 2020).

Relativamente recente na academia, o conceito foi cunhado pelo professor doutor estadunidense Molefi Kete Asante, na década de 1970. Ele afirma que a afrocentricidade coloca em evidência as perspectivas, vivências e saberes africanos contestando a centralidade historicamente conferida às epistemologias europeias. Entretanto, somente a partir dos anos 1980 o conceito teve base filosófica fundamentada e detalhada no livro *Afrocentricidade: a teoria da mudança social*, de autoria de Asante (1980).

Em consonância com o autor, a afrocentricidade é uma estrutura de referências que tem como ponto de partida a perspectiva da pessoa africana. Assim, a abordagem afrocêntrica tem como objetivo apontar a centralidade apropriada dos africanos em todas as situações (ASANTE, 1987 *apud* ASANTE, 2009), sobretudo no que diz respeito aos discursos historiográficos e sócio culturais de um país.

De acordo com Asante (2009), o eurocentrismo reconhece e valoriza as contribuições europeias como se elas fossem o conjunto de toda a experiência humana; isso, às custas da degradação das perspectivas de outros grupos étnicos que são, por consequência, subalternizados. Em contraste, as concepções afrocêntricas assumem o protagonismo de membros da comunidade africana e afrodescendente frente a processos políticos e econômicos, ideias e conceitos históricos, como agentes e não somente como seres-objeto marginalizados. Sobre isso, o autor coloca:

Um dos pressupostos da Afrocentricidade é que todas as relações são baseadas em centros e margens e na sua distância até o centro ou à margem. Quando pessoas pretas se veem como pontos centrais da sua própria história, então elas se enxergam como agentes, atores e ou participantes ao invés de marginalizados na periferia das experiências políticas ou econômicas⁷ (MOLEFI KETE ASANTE, 2009, *s/p.*, tradução nossa).

Ainda, a afrocentricidade é revolucionária, de acordo com Asante (2009), e em um nível mais profundo se apresenta como um processo de tomada de consciência e regeneração das narrativas sobre a história do continente africano e dos afrodescendentes. Assim, a humanidade dos povos africanos e afrodescendentes é retomada, de forma que estes atuem

⁷ Original: “One of the key assumptions of the Afrocentrist is that all relationships are based on centers and margins and the distance from either the center or the margin. When black people view themselves as centered and central in their own history then they see themselves as agents, actors and participants rather than as marginals on the periphery of political or economic experience”.

socialmente como agentes de transformação da realidade, mudando não somente a própria condição, mas o mundo.

Historicamente no Brasil, as narrativas geralmente veiculadas pelas formas tradicionais de se fazer turismo são eurocêntricas. Em outras palavras, as histórias narradas em e por museus e demais atrativos turísticos traduzem e relembram as memórias dos descendentes europeus brancos. Em sua dissertação de mestrado, Humberto Fois-Braga (2009) cita Rubino ao refletir sobre o desejo de revisitar, por meio do turismo, um Brasil colonial e elitista:

Como analisa Rubino (1996), existe uma distribuição desigual dos tombamentos realizados pelo SPHAN, e a geografia e a temporalidade imaginárias brasileiras ficaram concentradas em regiões de ciclo econômico, *com prevalência das referências ao imaginário urbano das cidades coloniais mineiras e à sua religiosidade setecentista*. Neste “momento mágico de classificação, o conjunto eleito revela o desejo por um país passado, com quatro séculos de história, extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de câmara e cadeia, e habitado por personagens ilustres, que caminham entre pontes e chafarizes” (RUBINO, 1996 *apud* FOIS-BRAGA, 2009, p. 132, grifos do autor).

Cabe localizar que o “país passado, com quatro séculos de história, extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário [...]” do qual Rubino fala, representa, romanticamente, o Brasil que durante quatro séculos viveu sob o regime escravocrata e, portanto, escravizava pessoas negras e nelas não reconhecia humanidade, apagando-a dos discursos históricos. Pode-se dizer que o trecho citado por Fois-Braga (2009) traduz o desejo de revisitar o Brasil colonial que se conhece a partir de uma perspectiva eurocêntrica, desconsiderando as demais etnias e culturas que compõem a sociedade brasileira e resultando em um tipo de turismo que a professora doutora Natália Araújo de Oliveira (2020) identifica como acrítico. Atualmente, essa perspectiva eurocêntrica é contestada pelo afroturismo, segmento que tem crescido significativamente nos últimos tempos, conforme aponta Oliveira (2020).

Segundo a autora, oficialmente não há uma definição sobre afroturismo. Ela reconhece que o afroturismo, sob perspectiva proposta pelo Ministério do Turismo, está sob o guarda-chuva do turismo étnico, que é uma vertente do turismo cultural. Ele é entendido como a visitação a comunidades tradicionais (sejam elas indígenas, quilombolas, caiçaras, etc.) e abrange as vivências e experiências de contato com modos de vida e identidade de grupos “que preservam seus legados étnicos como valores norteadores de seu modo de vida, saberes e fazeres” (BRASIL, 2010, p. 20).

Sobre esse aspecto, Oliveira (2020) ressalta que a categoria “turismo étnico” acaba sendo ampla demais para a conceituação do turismo afrocentrado, ainda que esta seja pertinente ao se pensar as visitas a comunidades quilombolas. Em concordância com Oliveira (2020), é um erro afirmar que o afroturismo se restringe apenas à categoria proposta pelo Ministério do Turismo. Entendemos que o apelo crítico às formas tradicionais de se fazer turismo é próprio do afroturismo e o difere do étnico. Ao mesmo tempo, percebe-se que o afroturismo se aproxima do que se entende como turismo de raízes (*roots tourism*⁸) e turismo diaspórico, já praticados por diversas etnias.

Patrícia de Santana Pinho (2018), professora brasileira e doutora na Universidade da Califórnia - Santa Cruz, não utiliza o termo afroturismo, mas fala em turismo diaspórico e o relaciona com turismo de raízes. Para a definição de diásporas, a autora se baseia em James Clifford (1997) ao afirmar que diásporas são comunidades expatriadas que foram dispersas de uma terra original para ao menos dois lugares distintos. Então, o conceito de turismo de diáspora pode ser entendido como “um tipo de turismo prioritariamente produzido, consumido e vivenciado por comunidades diaspóricas” (COLES;TIMOTHY, 2004 *apud* PINHO, 2018, p. 117).

Nessa direção, pode-se perceber que o afroturismo tem dimensões ainda mais profundas, visto que as visitas possibilitam certo contato com as próprias origens étnicas dos turistas. Diferentemente do turismo hegemônico, o turismo feito por comunidades diaspóricas, como é o caso do afroturismo, elege

“centros” culturais e/ou espirituais situados em outros lugares, às vezes em outros países, e aos quais eles se sentem profundamente conectados. Em alguns casos, trata-se de “centros” nos quais viviam ou aos quais estavam ligados os seus antepassados, mas de onde foram desconectados, geralmente de maneira involuntária e violenta. “Nesses casos, o desejo de visitar um desses centros surge do desejo de se encontrar as raízes espirituais. A visita adquire então o teor de um retorno a um lar original” (Cohen, 1979 *apud* Pinho, 2018, p. 119).

Mas não é só isso. Para além de criar novos atrativos turísticos mais focados em seu valor étnico (o que já é uma atitude benéfica e importante), o turismo afrocentrado deve também desconstruir os discursos eurocêntricos dos atrativos já consolidados. Parafraseando a fala de Rubino acima mencionada, seria importante que os turistas continuassem a visitar

⁸ O termo ‘turismo de raízes’ é utilizado pela professora estadunidense Alana Dillite (2021), para entender o *Black Travel Moviment*, que tem como principal objetivo promover viagens onde as pessoas pretas possam experienciar o ‘retorno’ à sua terra natal, em África. Essencialmente, a professora estuda as interseções entre turismo, raça, gênero e etnicidade.

casas de câmara e cadeia, mas, agora, também pela perspectiva das pessoas pretas que por serem escravizadas, caminhavam entre pontes, chafarizes e casas de elite, frequentemente, à serviço de pessoas brancas. Interpretar os atrativos eurocentrados pela perspectiva afrocentrada é um ato político tão importante quanto a valorização de locais até então esquecidos pelos agentes turísticos.

Nesse sentido, torna-se importante compreender qual o papel dos guias de turismo e, conseqüentemente, de seus discursos. De acordo com a Lei Federal nº 8.623 (1993), em todo território nacional, o guia de turismo é definido como o profissional “que exerça as atividades de acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas” (BRASL, 2014, p. 110).

Segundo Guilherme Zetermann (2016), guia de turismo e mestrando em educação, o trabalho do guia de turismo vai além da descrição disposta na lei nº 8.623. Para ele, o guia exerce papel de educador patrimonial, pois necessita desenvolver estratégias pedagógicas, tais como as de interpretação do patrimônio, fazendo com que se amplie a visão dos turistas sobre o patrimônio cultural da localidade. Assim sendo, os visitantes deixam de ver o patrimônio como simples objeto de contemplação, “mas também como fonte de conhecimento, de forma a motivar eles a terem respeito pelos elementos multiculturais do destino visitado” (ZETTERMANN, 2016, p. 4). Isso faz com que os visitantes reconheçam a importância e o valor desse patrimônio para a comunidade local e se sintam também responsáveis por ele.

De acordo com a mestre em Turismo, Raquel Pazini (*et al*, 2017), os guias de turismo atuam como anfitriões dos lugares que apresentam de forma mais profunda. Eles podem ser entendidos como mediadores entre turistas e a localidade, sendo também intérpretes. A autora cita Silvana Ramos:

O grande mediador da relação dos turistas com a localidade é o guia de turismo. O guia, um comunicador que não pode se restringir a informar, tem o papel de narrador do itinerário. Ele precisa gostar de contar histórias, trazer a paixão para as palavras e com isso “colorir os locais e as práticas que neles se desenvolvem”. O guia não pode reduzir-se às funções de um mero informante, ele deve ser um intérprete (RAMOS; SANTOS, 2012 *apud* PAZINI et al., 2017 p. 169).

Dessa forma, é importante a compreensão do lugar de fala do guia de turismo como um mediador e intérprete que auxilia e expande as possibilidades de interpretação do atrativo

visitado. Mais que um informante, o guia de turismo é um tradutor dos valores simbólicos e culturais e fazem ecoar discursos sobre os lugares que por ele são apresentados.

Em suma, o turismo afrocentrado se apresenta como uma proposta subversiva aos paradigmas eurocêntricos que moldaram o turismo ao longo dos anos, “alterando os termos em que o próprio turismo se construiu, de maneira a ir além dos modelos atuais que o turismo alcança” (OLIVEIRA, 2020, p. 307). Baseado na afrocentricidade, o afroturismo se aproxima dos pensamentos decoloniais e promove atividades afrorreferenciadas que podem acontecer em espaços rurais e/ou urbanos, e localiza as pessoas pretas como agentes de transformação da realidade que mudam as condições sociais em que se encontram. Por esse motivo, o lugar de fala de guias de afroturismo é de grande importância; seu lugar de fala é o que potencializa as narrativas contra-hegemônica e crítica próprias do afroturismo, ao mesmo tempo em que recuperam discursos historicamente invisibilizados.

Por meio do afroturismo, a recuperação desses discursos é uma realidade em cidades brasileiras como Salvador, Ouro Preto, São Paulo e Rio de Janeiro. Na capital carioca, visitas guiadas de afroturismo acontecem, sobretudo, na região conhecida como Pequena África, localizada próxima à Zona Portuária da cidade. Por meio das visitas afrocentradas, é possível conhecer o local a partir de abordagens contra-hegemônicas da história da região e da população negra que ali viveu e/ou vive até os dias atuais.

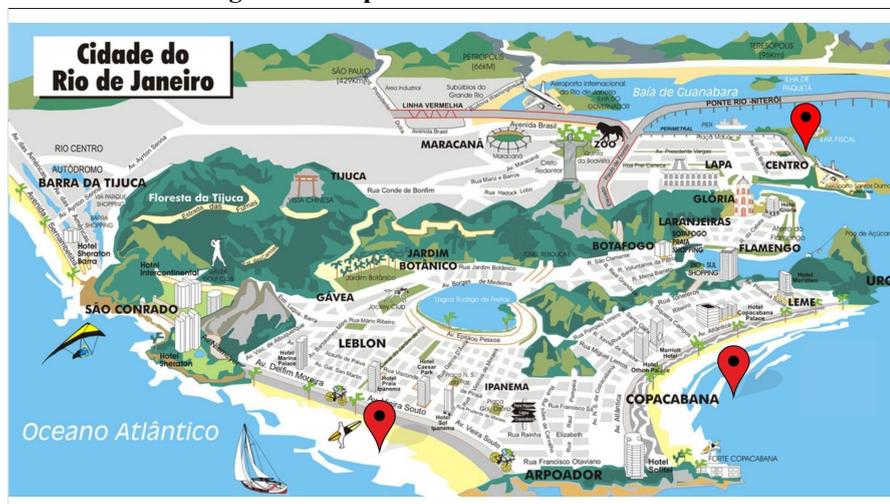
II. A paisagem fala, a Pequena África grita e o Rio de Janeiro as ignora em silêncio

Uma cidade com mais de quatro séculos, o Rio de Janeiro completará 457 anos em 2022. Localizada no sudeste brasileiro, a metrópole é conhecida internacionalmente por suas praias e recursos naturais. Ela abriga dentro de seu perímetro urbano uma das maiores florestas urbanas do mundo: a floresta da Tijuca. Desde a década de 1920, quando houve maior investimento em turismo no município, o Rio de Janeiro tem paisagens que atraem turistas nacionais e internacionais e projetam, sobretudo, a zona sul da cidade com sua orla marítima e o imaginário da “bossa nova”.

Os destinos turísticos mais conhecidos são as praias de Copacabana e Ipanema, o Cristo Redentor e o Pão de Açúcar, todos localizados na zona sul. Mais ao norte estão o Centro do Rio de Janeiro e a Zona Portuária, regiões de nosso interesse. Apesar destes últimos serem locais de grande importância para a dinâmica do município, o seu potencial

turístico passa a ser melhor explorado a partir do momento em que são feitas as obras de revitalização da Zona Portuária, no início da década de 2010.

Figura 1 - Mapa Turístico do Rio de Janeiro



Fonte: Rio de Janeiro aqui (2022).

No mapa turístico vê-se que em primeiro plano está a Zona Sul. A praia de Copacabana está representada no canto inferior direito, separada pelo Arpoador da praia que compreende o Leblon e Ipanema, tradicionais bairros da cidade. Mais acima, à direita, está a região central da cidade. O ângulo usado no mapa indica a significância da zona sul, que concentra os principais atrativos turísticos da cidade.

De acordo com dados apontados pelo historiador Francisco Phelipe Cunha Paz (2019), a cidade do Rio de Janeiro recebia mais de 2 milhões de turistas estrangeiros, segundo dados de 2006 da EMBRATUR, e mais de 5 milhões de visitantes no turismo doméstico, segundo a RIOTUR. Mais recentemente, uma pesquisa do Ministério do Turismo (2020) apontou que o Rio de Janeiro recebeu 33% dos turistas estrangeiros que vieram para o Brasil entre os anos de 2015 e 2019, sendo as principais nacionalidades: argentinos, franceses, estadunidenses e chilenos. Cabe ressaltar que, devido à sua importância internacional, na última década (2010) o Rio de Janeiro sediou a Copa do Mundo de 2014 e a os Jogos Olímpicos de 2016.

Na atualidade, os números de turistas estrangeiros se mantêm na casa dos milhões. Nos séculos passados, os números de estrangeiros que desembarcavam no Rio de Janeiro também eram grandes, mas estes não vinham para turismo. Ao contrário, os estrangeiros que

chegaram ao Rio de Janeiro durante os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX eram, em sua maioria, africanos escravizados. Ao longo do período escravocrata, o Brasil foi o país que mais recebeu escravizados em toda a América (BORUKI; O'MALEY, 2021), onde só o Rio de Janeiro recebeu a soma de 1,5 milhões (GOMES, 2019) de pessoas escravizadas.

Para que as embarcações com escravizados pudessem aportar e sua tripulação chegasse em terra firme sem conturbar o centro urbano, o Cais do Valongo foi construído em 1811⁹ (IPHAN, 2014). Consequentemente, ao longo do tempo, a região próxima ao cais e distante do centro, tornou-se uma ampla área de comércio de escravizados e um local de habitação de indivíduos excluídos socialmente, tal como ex-escravizados e demais grupos periféricos. Na década de 1840, devido à proibição do tráfico negreiro e como forma de apagar memórias recentes e vestígios da escravização, sobre o Cais do Valongo foi construído o Cais da Imperatriz. Então

houve uma prática deliberada de silenciamento da história do Cais do Valongo: os escravos foram esquecidos e, mais do que isso, eles foram deliberadamente apagados ao ser colocado sobre o Cais do Valongo o Cais da Imperatriz, num processo de superposição fortemente simbólico. Sobre a escória humana trazida da África foi colocada uma princesa europeia, uma Bourbon, a Princesa das Duas Sicílias. Ela pisando sobre os negros (VASSALO; CICALO, 2015, p. 248).

Mesmo com a sobreposição do cais e a tentativa de silenciamento da história do local, e depois de a Zona Portuária deixar de ser lugar de comércio de escravizados, a presença dos africanos e seus descendentes continuou predominante (PAZ, 2019). Consoante o historiador Francisco Phelipe Cunha Paz, desde o fim do século XVIII, relatos de viajantes e anúncios de jornais do século XIX registraram extensivamente a função do Cais do Valongo e da região portuária na história do Rio de Janeiro e das pessoas negras no país.

Nas imediações da Zona Portuária, os africanos e seus descendentes criaram e mantiveram, mesmo sob o regime escravocrata, manifestações culturais a partir de suas matrizes religiosas e “constituíram ao longo dos anos o núcleo central da região da cidade, que passou a ser conhecida como Pequena África” (PAZ, 2019, p. 72). Os escravizados e escravizadas, alforriados e alforriadas e negras e negros nascidos em liberdade que ali se

⁹ De acordo com as informações presentes no site do Instituto Nacional de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e na placa explicativa colocada no próprio atrativo, o ano de construção do Cais do Valongo foi 1811. Entretanto, Paz (2019) Guimarães (2013), Vassalo e Cicalo (2015), entre outros autores, reconhecem que entre 1775 e 1831 o Cais do Valongo foi porto de entrada para os escravizados; essa é a data que mais faz sentido para nós, considerando as diversas fontes estudadas.

estabeleceram, enfrentaram sérias dificuldades com relação à expressão de sua cultura e, por isso, as estratégias de sobrevivência foram tantas quanto possíveis.

Uma das alternativas encontradas foi a criação das casas de angu ou casas de *Zungú*. Eram locais de grande importância para a sobrevivência das práticas culturais africanas, principalmente as religiosas, pois ali elas se reproduziam coletivamente com certa segurança e longe dos olhares das autoridades, segundo Érika Bastos Arantes (2010). Por fora, as casas de *Zungú* eram construções simples, de aspecto setecentista e/ou oitocentista, porém, eram alugadas e frequentadas por negros libertos ou escravizados que usavam o interior das residências para suas práticas religiosas. Sobretudo no século XIX, essas casas sofreram perseguições, pois ficaram conhecidas como refúgio de escravos fugidos, locais de batuque, magia e feitiçaria, proibidos à época.

De maneira geral, a região do porto foi significada pelos escravizados e escravizadas e seus descendentes como um território que os aproximava da sua terra natal, seja pela proximidade com o mar e com o lugar de chegada em terra firme, seja pela quantidade de africanos que viviam na região e marcavam o território com lembranças que foram fundamentais para manter a “Pequena África”. Conforme Paz (2019, p. 72, 73):

As marcas e heranças da escravidão são o que atravessa a região portuária, no passado como tragédia e no presente como narrativa, que mobilizam sinais de reconhecimento e pertencimento [...]. A “Pequena África” é um território que emerge no tempo com a escravidão. Se refaz com o fim da escravidão e no final dos anos de 1970 e início de 1980 é novamente mobilizada por movimentos sociais e historiadores, para uma revalorização da cultura negra e sua importância social para a cidade do Rio de Janeiro e da cidade como capital cultural do país, o que acabou por imortalizar de vez o termo e o deixando atrelado às experiências sociais do negro na zona portuária e na cidade como um todo.

Na virada do século XIX para XX, com a abolição da escravatura no Brasil e a migração de europeus pobres (italianos, portugueses, etc.), a região teve sua vida cultural renovada. Os gritos de dor da Pequena África dos séculos anteriores, deram lugar às rodas de música, dança e religiosidade africano-brasileiras. Recém-chegados, negros e negras baianos e do sul fluminense, vindos dos antigos cafezais do Vale do Paraíba, se estabeleceram na região junto com judeus portugueses e italianos, de acordo com o *Projeto Passados Presentes* (s/d). Nesse momento, uma personagem de grande importância para o encontro e convivência harmoniosa de diferentes grupos sociais foi Tia Ciata, que frequentemente realizava festas e cultos religiosos na região da Zona Portuária.

Diferentemente do Rio de Janeiro da “bossa nova” e de praias da zona sul, a região compreendida como Pequena África exprime, na paisagem, marcas do passado excludente. Um exemplo de grande contraste na paisagem local é o Morro da Conceição que permaneceu “congelado” no tempo.

Inicialmente habitado por portugueses, as construções no topo do morro são casas no estilo português e se mantêm preservadas até os dias atuais; há também uma Igreja que segue o mesmo estilo arquitetônico. Ao mesmo tempo, no sopé do morro, há a Pedra do Sal, local que à época do Império era usado como lugar de carga e descarga de sal e outras mercadorias recém-chegadas dos navios. A área era habitada por africanos e seus descendentes e as marcas dos processos de urbanização denunciam a insalubridade do lugar no passado. Dessa forma, percebe-se o contraste na paisagem ao passo em que as casas de origem portuguesas exibem, do alto do morro, sua imponência arquitetônica, com moradias voltadas para a cidade do Rio de Janeiro e localizadas distante do nível do mar (onde eram realizados os trabalhos de carga e descarga), enquanto que as construções próximas à Pedra do Sal são significativamente mais simples e o calçamento das vielas é rudimentar, dando indícios das condições de vida dos que ocupavam posições de trabalho forçado. Em suma, os descendentes de europeus viviam na parte alta do Morro, em casas imponentes e localizadas longe do ambiente de trabalho, enquanto os escravizados sobreviviam na parte baixa do morro.

De acordo com Denis Cosgrove (*apud* CORRÊA, 1998), as paisagens são cheias de significados atribuídos pela sociedade que a constrói e modifica. Como se a paisagem falasse, ela denuncia o histórico silêncio do município frente às relações de poder entre o grupo dominante e hegemônico e o(s) grupo(s) subalternizados, facilmente percebidas na paisagem. Numa paisagem como a do Morro da Conceição, composta por elementos que remontam séculos passados de um país escravagista, simbolicamente, o que se percebe é como os detentores do poder se posicionavam “acima” daqueles que deveriam lhes servir, seja no modo de habitar ou no modo como exerciam sua cultura. De acordo com Roberto Lobato Corrêa,

Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. [...]. Isto é às vezes chamado de *hegemonia cultural*. Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político, mas também em termos de sexo, idade e etnicidade (CORRÊA, p.226-227, 1998).

Sobre os aspectos culturais da paisagem, Corrêa reflete que é possível notar a paisagem como produto cultural, com os seus significados em torno das relações entre sociedade e natureza. Isso implica “considerá-la como expressão, fenomênica do modo particular como uma específica sociedade está organizada em um dado tempo e espaço, isto é, uma dada formação econômica e social ou simplesmente formação social” (CORRÊA, 2011, p. 13).

Nesse sentido, visto que a paisagem coloca em evidência a cultura dominante de um lugar, para que essa mesma paisagem seja interpretada a partir do ponto de vista dos grupos sociais contra-hegemônicos ou historicamente excluídos, é preciso fazer sua reinterpretação. Por sua vez, o turismo é uma ferramenta que auxilia nesse processo, dando visibilidade a narrativas que, por serem próprias de grupos excluídos, com frequência são silenciadas. Visitas guiadas, por exemplo, podem oferecer maneiras de interpretação da paisagem a partir de pontos de vista contra-hegemônicos, como é o caso das visitas realizadas por agentes do afroturismo na região da Pequena África, que propõem discursos afrocentrados.

Como muitos das (dos) guias de afroturismo são pretas(os), estes falam da paisagem da Pequena África e de parte da Zona Portuária como indivíduos que têm experiências sociais próximas às dos grupos sociais excluídos que ali viviam.

III. Agentes do turismo que transformam a realidade

O questionário enviado via Google Forms foi composto por 15 questões, agrupadas em duas seções. A primeira seção se voltava para o perfil socioeconômico das respondentes e foram solicitadas informações como idade, auto identificação étnica, seu nível de escolaridade. Já a segunda seção tinha como objetivo colher as respostas com relação aos conceitos de lugar de fala, afroturismo, afrocentricidade e uma das principais perguntas foi “Ao trabalhar com afroturismo, você se considera um agente transformador da realidade social brasileira? De que forma?”. De maneira geral, as respondentes não tiveram dificuldade com o questionário.

Foram identificadas quatro (4) mulheres guias de turismo que atualmente trabalham na Pequena África, e todas elas responderam à pesquisa. As respondentes têm idade entre 30 e 39 anos, são da cidade do Rio de Janeiro - RJ, se autodeclaram pretas e trabalham com

guiamento da região há mais de três anos. Todas as quatro têm formação de nível superior, de forma que: Dandara¹⁰ cursou até o último período de História; Mercedes Baptista é bacharela e licenciada em História; Nzinga é turismóloga, cursou Biblioteconomia, é mestre em Memória Social e especialista em Turismo, Economia e Gestão Cultural; e Carolina Maria possui pós-graduação em Gestão Empresarial. A maioria (3) revelou ter formação em guia de turismo e trabalhar e/ou prestar serviço para a empresa Sou+Carioca, e uma (1) indicou ter a própria empresa, a Conectando Territórios.

Cabe colocar que segundo o *site* Agência Brasil (SAMPAIO, 2022), a partir da segunda quinzena de janeiro de 2022, serão oferecidas pelo Instituto Pretos Novos, visitas guiadas gratuitas à região da Pequena África até o mês de abril, quando serão comemorados 26 anos de descoberta do Cemitério Pretos Novos - onde eram depositados os corpos negros escravizados que não resistiam à viagem transatlântica. Entramos em contato com o Instituto para que pudéssemos entrevistar os guias de turismo ou pessoas responsáveis pelas visitas, mas infelizmente não obtivemos sucesso.

Ao que parece, as respondentes têm concepções bastante parecidas sobre o que é lugar de fala. Em metade das respostas, palavras como “vivência” e “experiência pessoal” estão presentes, enquanto que na outra metade, a palavra “narrativa” aparece uma vez em cada resposta. De maneira geral, elas entendem o termo lugar de fala como referência a partir de onde se produz um discurso e/ou se reproduz uma narrativa. Analisando esta afirmativa, é possível dizer que as respostas se assemelham à ideia de lugar de fala colocada por Ribeiro (2019), que o apresenta como o *locus* social a partir do qual os indivíduos ou grupos se baseiam para (re)construírem narrativas que legitimem suas próprias vivências e experiências.

Quando perguntadas sobre o que entendem ser o aforreferenciamento no turismo, as respostas também foram semelhantes. À sua maneira, as respondentes afirmaram que o referido termo dá nome ao ato de “narrar a própria história”, como disse uma das guias de turismo, a partir do protagonismo das pessoas pretas no turismo, o que confere maior visibilidade e reconhece a importância da participação preta na história, memória e cultura afro-brasileira. Implicitamente as respostas parecem concordar que o aforreferenciamento no turismo não impede que turistas e guias de turismo brancos e/ou de outras etnias acessem ou

¹⁰ Como forma de proteger a identidade das respondentes, foram usados nomes fictícios que homenageiam importantes figuras de mulheres negras da história brasileira.

ofereçam visitas à Pequena África. No entanto, estes devem considerar e reconhecer o protagonismo das pessoas pretas que viveram no local. Mercedes coloca:

os atrativos estão ali para o consumo, apreciação coletiva. Entretanto vale salientar que o trabalho deveria, ao meu ver, ser feito a partir do letramento racial. Para que a história preta não seja contada a partir da perspectiva do exótico ou como adendo/apêndice, ou do “menos importante ao se comparar com os grandes atrativos Cristo e Pão de Açúcar”.

De maneira indireta, Mercedes faz crítica à perspectiva turística hegemônica que dá maior visibilidade a atrativos da Zona Sul do Rio de Janeiro, como o Pão de Açúcar e o Cristo Redentor. Como visto anteriormente, tais atrativos aparecem com destaque no mapa turístico carioca (Figura 2) enquanto que o Cais do Valongo e os demais atrativos da região, que têm importância para a população negra, não aparecem no mapa. Nzinga acrescenta que se os outros profissionais a oferecerem as visitas “forem antirracistas, melhor ainda¹¹”. À saber, o antirracismo é uma ideologia que se opõe deliberadamente ao racismo e dessa forma ela pode ser, inclusive, uma das intenções do aforreferenciamento.

Deduz-se a partir das respostas das entrevistadas que o lugar de fala ocupado pelos guias de turismo é importante, porém, ainda mais significativos são o conteúdo e a consciência sobre a narrativa adotada nos guiamentos. Isto é, independentemente do lugar social ocupado pelo guia de turismo e da sua cor de pele, o que tem maior valor é a história contada por ele e sua reflexão sobre o que está sendo entregue aos turistas em termos de narração. A partir da análise das respostas, entendemos que nesse sentido o turismo pode ser ferramenta de desconstrução de discursos eurocêntricos e foge da “lógica modernizante que o turismo convencional costuma impor” (OLIVEIRA, 2021b, p. 50).

Quanto ao impacto causado pelas visitas guiadas na vida dos moradores da região, a maioria das respondentes acredita que o turismo impacta positivamente a vida dos locais, ainda que fomenta e movimenta indiretamente a economia. Nzinga, por outro lado, pensa que essa é uma questão a ser perguntada diretamente aos moradores. Ao mesmo tempo em que uma das respostas ressalta o fato de que nem todos os moradores se envolvem com a importância histórica da Pequena África, outra respondente destaca a importância de se respeitar a privacidade e o silêncio do lugar. A fala das guias pode significar que é reconhecida a importância histórica da Pequena África e do turismo como possibilidade de aumento de renda para os locais, mas ao mesmo tempo é preciso que as atividades turísticas

¹¹ Infere-se que ela fez uma elipse, deixando implícito que é interessante que as histórias sejam disseminadas a partir de pontos de vista engajados politicamente e ideologicamente com a luta antirracista.

sejam feitas de maneira cuidadosa, sem afetar negativamente sua dinâmica de vida. O cuidado com o local demonstrado pelas guias é contrastante com a acusação que elas fazem sobre a participação do poder público responsável pela região turística.

Por um lado, as entrevistadas consideram pouco ou nulo o comprometimento das autoridades públicas com os atrativos da Pequena África; elas afirmam não haver sinalização ou conservação dos espaços e revelam haver descaso com alguns atrativos, enquanto os que geram maior visibilidade para o turismo carioca e são situados em regiões mais nobres, são supervalorizados. Por outro lado, algumas consideram que embora seu comprometimento seja tímido, gradativamente o poder público tem valorizado os atrativos da Pequena África, promovendo editais que potencializam as narrativas e histórias afrorreferenciadas. Ao que parece, a partir da resposta das guias, a criação do “Memorial do Cais do Valongo” e a idealização do “Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana” foram ações isoladas da Prefeitura do Rio de Janeiro, pois passados mais de 10 anos, ainda se tem pouco ou nenhum compromisso com a manutenção do local como atrativo turístico.

Quando questionadas sobre o poder de transformação social do trabalho dos guias de afroturismo, a resposta é unânime: todas acreditam que ao trabalhar com afroturismo as guias são agentes de transformação da realidade social brasileira. Um ponto comum em suas respostas é o poder de redução das desigualdades raciais. São as palavras de Dandara:

Ao contar a história de resistência do povo preto, faço de cada pax [turista ou pessoa que faz o *tour*] um multiplicador, despertando seu senso crítico. Acredito que este ato empodera e eleva a autoestima dos pretos e gera despertar e empatia nos brancos (inserção nossa).

Confere-se que o afroturismo, além de “alterar os termos em que o próprio turismo se constituiu” (OLIVEIRA, 2020, p. 307), de fato localiza as pessoas pretas como agentes de transformação da realidade que mudam as condições sociais em que se encontram. Isso também pode ser notado na fala de Mercedes, que acredita que seu trabalho é mais uma maneira de difusão da educação em espaços não formais:

Além de historiadora e guia de turismo, sou professora, educadora. Considero a rua minha sala de aula, espaço não formal de educação. Os visitantes, meus alunos. Assim, coloco em prática a prática do letramento racial, promovo os valores civilizatório[s] afro-brasileiros, busco justiça social e racial. Os ensinamentos de Paulo Freire, Abdias [do Nascimento], Lélia [Gonzáles], Conceição do Evaristo, Milton Santos e etc são as referências que tenho. Sempre que posso, faço o guiamento de maneira voluntária para que pessoas que não tem [sic] condições financeiras possam ter a oportunidade de se educar, de se entender, de fortalecer a sua *indentidade* [sic] (inserções nossas).

À medida que tem como referência autores negros como Abdias do Nascimento, Lélia Gonzales, Conceição Evaristo e Milton Santos, fica evidente o afroreferenciamento de Mercedes. Ao se referenciar nestes e em outros autores negros que têm perspectivas não hegemônicas, ela promove os valores afro-brasileiros e reconta, a partir de seu ponto de vista, a história do continente americano e, mais especificamente, do Brasil. Aos moldes brasileiros, e partindo das suas experiências e estudos, ela aplica a afrocentricidade proposta por Asante (2009; 1980), anteriormente apresentada. Assim, as ações da guia de turismo apontam para a retomada da humanidade dos povos africanos e afrodescendentes na mesma velocidade em que elas mudam não somente a própria condição, como mulheres negras e brasileiras, mas também o mundo.

Em suma, as respostas dadas pelas guias reforçam que o turismo afroreferenciado tem forte caráter crítico, principalmente se comparado ao turismo hegemônico, e apresenta novas perspectivas que vão no sentido de reduzir as desigualdades sociais, ampliar os canais de educação em espaços não formais e apresentar discursos invisibilizados hegemonicamente. Seu poder transformador reside na possibilidade de despertar o senso crítico sobre a história do país e sua atual configuração social que, como é bem sabido, reverbera o histórico racismo estrutural contra pessoas de descendência africana, não elucida a responsabilidade de pessoas brancas e nem as convida para uma reflexão mais profunda.

Durante a etapa em que efetuei a pesquisa de observação participante feita em uma visita guiada à Pequena África no dia 20 de novembro de 2022, pude ver, na prática, como se dão algumas das colocações das respondentes. A guia de turismo responsável pela visita era Mercedes Baptista. No momento, a região estava cheia de turistas, apesar da ameaça de um dia chuvoso. O ponto de encontro foi a praça Mauá, onde estão localizados o Museu do Amanhã, o Museu de Arte do Rio (MAR) e o Edifício A Noite, primeiro arranha-céu da cidade. Seguindo a Rua Sacadura Cabral, paramos em uma pequena travessa que dá acesso ao Morro da Conceição e de onde é possível observar a diferença entre as casas portuguesas no alto do morro e as construções simples no nível da rua. Evidências das desigualdades sociais.

Logo fomos direcionados para o Largo da Prainha, onde começamos a ver os indícios de um lugar que serviu como morada para a população negra nos séculos anteriores; ali estavam algumas das casas que serviram como Casas de *Zungú* na virada do século XIX para o século XX. Segundo a guia, nas casas de *Zungú* eram realizadas benfeitorias, sendo colocada em prática a ideia atualmente conhecida como “*crowdfunding*”, para que o dinheiro

arrecadado fosse usado na compra da liberdade de escravizados. Com uma caminhada de cerca de 4 minutos, paramos na Pedra do Sal, onde Mercedes nos contou sobre a história do samba, e entre a contação de causos, lembrou-nos da existência e resistência da Comunidade Remanescentes Quilombo da Pedra do Sal, cuja certificação é contestada pela Igreja Católica.

Passando pelo Morro da Conceição, andamos em direção ao Cais do Valongo. Antes de chegar ao cais, a guia de turismo recapitulou o que já havia apresentado durante a visita e ressaltou os pontos positivos até ali. Esse foi também um dos momentos mais sensíveis para Mercedes, em que ela se emocionou ao salientar que apesar de a história do local ser de grande sofrimento para a população negra, onde muitos dos pretos sofreram de banzo¹², a narrativa que ela construiu durante toda a visita dava destaque para a resistência, alegria, o senso de comunidade, proteção e colaboração que habitava as casas de *Zungú* e a vida das pessoas que lá viviam.

O fim do *tour* se deu no Cais do Valongo. No momento em que chegamos, havia uma manifestação comemorativa do dia da Consciência Negra, feita por um grupo de Teatro do Oprimido. Por esse motivo, na maior parte do tempo assistimos à manifestação e nos minutos que restaram, Mercedes colocou que o Cais do Valongo foi um importante destino da tragédia que foi diáspora africana, mas também foi símbolo de reinício da vida de muitos dos que por lá chegavam. Interpretei que não foi o Rio de Janeiro, mas o Cais do Valongo que “recebeu” a Pequena África.

Como principal relato significativo, pude entender que além de edificarem o Brasil, um dos maiores e constantes trabalhos das pessoas pretas durante séculos de história brasileira foi a ressignificação dos espaços. Atualmente, por meio do afroturismo é possível continuar a ressignificar esses e outros espaços, mantendo viva a memória dos antepassados e criando novas lembranças para os que vivem no momento presente.

¹² Profunda tristeza causada pela nostalgia da terra natal, em África.

Figura 3 - *Tour* pela Pequena África no dia da Consciência Negra em 2021



Fotos A, B e C: Arquivo pessoal. Foto D: Lua Carioca Afro Guide (2021).

As quatro fotos acima colocadas ilustram a visita guiada à Pequena África. Nas fotos superiores, pode-se ver um pouco da arquitetura do Morro da Conceição e com maior atenção é possível perceber as construções mais simples localizadas na Pedra do Sal (foto A) onde provavelmente os africanos e seus descendentes se estabeleceram. A primeira foto (foto A)

acusa o descaso do poder público com o lugar, visto que há várias pichações nas paredes, já a segunda foto (foto B) mostra quão perto do Morro da Conceição estão as ruínas do Cais do Valongo, são cerca de 200 metros. Na terceira (foto C) pode-se ver as camadas que escondiam o original cais do Valongo: a parte com grama demarca até onde vinha o mar na época da construção do cais, acima, estão as pedras do cais da imperatriz e na terceira e última camada, uma larga faixa de concreto, colocada já na modernidade. Ainda, é possível interpretar o símbolo da coroa portuguesa acima de todas as construções, como se fosse uma terceira camada em cima das memórias da escravatura, representadas pelo cais original. Por sua vez, a última das fotos (foto D) ilustra a diversidade no considerável número de visitantes (cerca de 21 pessoas) que tiveram contato com a narrativa do *tour*, proposta pela guia de afroturismo.

Considerações finais

Por meio dos resultados da pesquisa foi possível ter noção da importância da compreensão do conceito de lugar de fala frente à ação das e dos guias de afroturismo que atuam na Pequena África. Diferentemente do que se pensava, mais importante que o lugar de fala é a narrativa escolhida pelos guias. Mesmo que seja um profissional não negro a oferecer o *tour*, é importante que ele escolha cautelosamente a maneira como vai apresentar a história das pessoas que habitaram a Pequena África e o valor cultural e simbólico do local. Desde o seu lugar social, as e os guias de turismo constroem narrativas afrocentradas e decoloniais ao mesmo tempo em que rompem com a herança de um país que estruturalmente privilegia padrões europeus de construção do conhecimento. Paralelamente, o afroturismo enquanto segmento de mercado avança com mais robustez e ocupa maior espaço no mercado turístico.

Ademais, as visitas podem ser percebidas como fatores importantes para a maior visibilidade e entendimento da relevância da Pequena África enquanto lugar de resgate da história da população negra em geral; elas equilibram, a partir da afrocentricidade, as relações de poder que operam sobre o conhecimento da história e dos atrativos da região e, conseqüentemente, do país. Ainda, o afroturismo possibilita a consolidação de atrativos turísticos que, para além da função de entretenimento, têm também a função educativa de apresentar novas perspectivas sobre a história do Brasil.

Embora seja pequeno o número de agências que oferecem como produto o *tour* guiado pela Pequena África, as guias de turismo são majoritariamente mulheres pretas que se

inquietam com os debates acerca da invisibilização do protagonismo preto na sociedade. Visto que a presente pesquisa se baseou em uma pequena amostra de entrevista exploratória, um trabalho futuro que compare outros atrativos de interesse do afroturismo e conte com maior quantidade de guias de turismo, pode ser ainda mais relevante ao trazer maior polifonia dos pontos de vista dos respondentes.

Um detalhe curioso da escrita deste trabalho é o fato de que todas as vezes em que a palavra “afroturismo” foi usada (45 vezes), o próprio editor de texto a sublinha em vermelho, como se a palavra não existisse. É sugerida a correção para “agroturismo” ou “afro turismo”, de forma separada. Tampouco são reconhecidas as palavras “afrocentradas” (8 vezes), “afrocentricidade” (3 vezes), “afrorreferenciamento” (12 vezes) e “afrorreferenciar” (2 vezes). Isso aponta a limitação do editor de texto que reflete as escolhas de seus programadores, mesmo que este conte com tantos recursos “inteligentes”. Essa é uma manifestação do racismo estrutural e institucional e ao final, temos a certeza de que se afrorreferenciar é mais uma maneira de resistir.

Eles não nos reconhecem, mas (re)existimos.

Agradecimentos:

Concluir um trabalho como esse, ao final de mais uma importante etapa para mim, é realmente uma alegria. Meus primeiros agradecimentos vão à minha mãe (principalmente pela oportunidade de estar no mundo) e às mulheres da minha família, em quem eu me inspiro diariamente e busco forças desde que me entendo por gente. Aos homens que têm papel igualmente importante, também agradeço; são eles: Tio George, Gêra e Vitor.

Então, agradeço sinceramente aos meus professores (todos eles, mesmo) de toda a vida, especialmente ao Guilherme e o Humberto com quem mais estive nos últimos dois anos e muito me incentivaram neste e em outros trabalhos; agradeço à professora Natália pela atenção e cuidado. Por fim, não deixaria de agradecer aos meus amigos e amigas que estiveram comigo nesse processo me apoiando afetiva, emocional ou energeticamente.

Amo vocês e sou grata por termos nos encontrado nessa caminhada.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Erika Bastos. **O Porto Negro**: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no rio de janeiro na vida do século XIX para o XX. 2010. 224 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricity**. 2009. Disponível em: <http://www.asante.net/articles/1/afrocentricity/>. Acesso em: 28 jun. 2021.

ASANTE, Molefi. K. **Afrocentricity: The theory of social change**. Buffalo, NY: Amulefi,

1980.

BRASIL. Lei 8.623 de 28 de janeiro de 1993. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 28 jan. 1993.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Portaria nº 27**: Estabelece requisitos e critérios para o exercício da atividade de Guia de Turismo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 110-111, 31 jan. 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo cultural**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Dados e Fatos**. Demanda turística internacional. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03/demanda-turistica-internacional.html>. Acesso em 07 jan. 2022.

BORUKI, Alex; O'MALEY, Greg. **Slave Voyages**: entendendo o banco de dados. Entendendo o banco de dados. 2021. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/american/about#methodology/0/pt/>. Acesso em: 23 jan. 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. A paisagem e as imagens. **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, v. ?, n. 29, p. 7-21, jan. 2011.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: **Paisagem, Tempo e Cultura**. CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, z. (orgs.). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998 [1989], p.219-237.

DILLETE, Alana. Roots Tourism: a second wave of double consciousness for African-Americans. **Journal of Sustainable Tourism**, Londres, v. 29, nos. 2 - 3, p. 412 - 427, 2021. <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1727913>

FOIS-BRAGA, Humberto. **Turismo (d)e teledramaturgia na narração dos espaços urbanos**: a representação da cidade de Tiradentes na minissérie hilda furacão da rede globo. 2009. 282 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/4219/1/humbertofoisbraga.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo, 2004.

GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra. **O que é o Geledés Instituto da Mulher Negra**. [s.l], 2009. Disponível em https://www.geledes.org.br/o-que-e-o-geledes-instituto-da-mulher-negra/?gclid=CjwKCAiA55mPBhBOEiwANmzoQmmodMcakhYDpqs92hQpvS1UNvIUdC5TelR14NcaMYjUVHEV-K8RXBoCiBQQAvD_BwE. Acesso em 17 jan 2022.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em portugal até a morte de zumbi dos palmares. Rio de Janeiro: Globolivros, 504 p. 2019.

GOMES, Luís Eduardo. **Djamila Ribeiro: ‘Não tem problema maior hoje no Brasil do que discutir o racismo’**. 2018. Disponível em: https://www.geledes.org.br/djamila-ribeiro-nao-tem-problema-maior-hoje-no-brasil-do-que-discutir-o-racismo/?noamp=available&gclid=CjwKCAiAksyNBhAPEiwAIDBeLHT_-GDgKHEmVdH07RHPdPORxmT22UvAwh90gj0eiSSrEvnGit-8UhoCAjoQAvD_BwE. Acesso em: 09 dez. 2021.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos; GUIMARÃES, Roberta Sampaio; BITTAR, Nina Pinheiro; et al. **A alma das coisas**: patrimônio, materialidade e ressonância. Rio de Janeiro: Mauad, FAPERJ, 2013. Disponível em https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=qoIQBAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT44&dq=info:ukR1GiiG-a4J:scholar.google.com&ots=CSQDlitxQr&sig=kmxRiW_tnbV5YKT4ucQ7xeG2cu0&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em 13 jan. 2022.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs. p.223-244. 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/rio-de-janeiro.html>. Acesso em 09 jan. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cais do Valongo - RJ**. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/>. Acesso em 04 jan. 2022.

LUA FERREIRA GUIA DE TURISMO. **Que tarde, senhorx! Que tarde!**. Rio de Janeiro, 20 nov. 2021. Instagram: @luacariocaafroguide. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CWhUT1vI9J9/?utm_medium=copy_link. Acesso em: 28 jan. 2022.

MELO, Ibrandina Cristina de. **Lugar de fala enquanto locus social**: uma análise do racismo estrutural. 2020. 27 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Unipac, Barbacena, 2020.

OLIVEIRA, Nathália Araújo de. Turismo Afrocentrado: debates iniciais. In: MELLO, Roger Goulart *et al.* **Novos olhares sobre turismo, patrimônio e cultura**. Rio de Janeiro: E-Publicar, 2020. p. 305-315.

OLIVEIRA, Nathália Araújo de. Negros e Turismo: análise da produção acadêmica sobre o tema em revistas vinculadas aos Programas de Pós-Graduação em Turismo no Brasil. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, [s.l.], v. 13, n. 1, 2021a, p.219 - 238.

OLIVEIRA, Nathália Araújo de. Afroempreendedorismo no turismo, desigualdade racial e fortalecimento da identidade negra. **Revista de Turismo Contemporâneo**. Natal, v. 9, n. 1, jan/abr. p. 42-63, 2021b.

PAZ, Francisco Phelipe Cunha. **Na casa de Ajalá: comunidades negras, patrimônio e memória contracolonial no cais do valongo - a "pequena África"**. 2019. 218 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Sociedade e Cooperação Internacional, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

PINHO, Patrícia de Santana. Turismos Diaspóricos: mapeando conceitos e questões. **Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 113-131, 28 jul. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/issue/view/9349>. Acesso em: 31 mar. 2021.

PRESENTES, Rede de Pesquisa Projeto Passados. **Projeto Passados Presentes: memória da escravidão no Brasil**. Memória da Escravidão no Brasil. Disponível em: <http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php>. Acesso em: 07 jan. 2022.

PORTO MARAVILHA. **Circuito da Celebração da Herança Africana**. Disponível em: <https://portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4097-circuito-da-celebracao-da-heranca-african>. Acesso em 13 jan. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.) . **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, p. 117-142, 2005.

REIS, Maria Conceição; SILVA, Joel Severino; ALMEIDA, Gabriel Swahili Sales. Afrocentricidade e pensamento decolonial: perspectivas epistemológicas para pesquisas sobre relações étnico-raciais. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 62, p. 131-143, 2020.

RIBEIRO, D. **Lugar de Fala (Feminismos Plurais)**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Edição Kindle, 89p.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala? (Feminismos plurais)**. Belo Horizonte: Letramento; 2017. 96p.

RIO DE JANEIRO AQUI. **Mapa Turístico do Rio**. Disponível em <https://www.riodejaneiroaqui.com/pt/mapa-turistico.html>. Acesso em 14 jan. 2022.

SAMPAIO, Fabiana. **Rota da Pequena África, no Rio de Janeiro, será gratuita até abril**. 2022. Radioagencia Nacional. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/cultura/audio/2022-01/rota-da-pequena-africa-no-rio-de-janeiro-e-reaberta-para-visitas>. Acesso em: 27 jan. 2022.

SANTOS, Gilney Costa. Ribeiro D. **O que é lugar de fala?** Saúde em Debate, [S.l.], v. 43, n. 8, p. 360-362, 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042019s826>.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda; NASCIMENTO, Sergio Luiz; ZALEMBESSA, Simões. Colonialidade e decolonialidade na crítica ao racismo e às violações: para refletir sobre os desafios da educação em direitos humanos. **Educar em Revista**, [S.L.], v. 37, p. 1-19, 23

ANEXO I - PERGUNTAS NO QUESTIONÁRIO AFROTURISMO E LUGAR DE FALA

Seção I

1- Nome: _____

2 - Qual sua faixa etária?

() Até 17 anos | () Entre 18 - 29 anos | () Entre 30 - 39 anos | () Acima de 40 anos.

3 - Como você se identifica?

() Preta/o | () Branca/o | () Parda/o | () Índio/a | () Outro: _____

4 - Renda Familiar

() Até 1,5 salário mínimo | () Entre 1,5 e 3 salários mínimos | () Acima de 3 salários mínimos

5 - Qual sua formação acadêmica?

(Ex. Graduação, Guia de Turismo, com formação na na área de Turismo, etc.)

6 - Trabalha em alguma agência/empresa de turismo? Se sim, qual?

7 - Há quanto tempo você trabalha com guiamento na Pequena África?

Seção II

1 - O que você entende pelo termo "Lugar de Fala"?

2 - O que você entende por "afroreferenciamento no turismo"?

3 - Você acredita que guias de turismo que não fazem trabalhos afroreferenciados podem/devem oferecer o tour? Por quê?

4 - Como o Tour Pequena África impacta a vida dos moradores da região?

5 - Como você vê o comprometimento do poder público com os atrativos turísticos da Pequena África?

6 - Você percebe algum tipo de padrão de comportamento dos turistas que realizam as visitas?

7 - Durante algum guiamento na região, alguma situação interessante/deconfortável/inesperada já aconteceu? Poderia nos relatar?

8 - Ao trabalhar com afroturismo, você se considera um agente transformador da realidade

social brasileira? De que forma?

9 - Caso queira comentar algo para além das questões acima, fique a vontade para se expressar.